

LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL 677, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE TAQUARANA, ESTABELECE CRITÉRIOS TÉCNICOS DE MÉRITO E DESEMPENHO PARA A SELEÇÃO AO CARGO DE DIRETOR E VICE-DIRETOR ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PASSANDO A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE TAQUARANA, ESTADO DE ALAGOAS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV. do art. 69, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

# TÍTULO I DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

## Capitulo I

## Dos Princípios e Elementos da Gestão Democrática

- **Art.** 1º A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, instituída no Artigo 206, inciso VI da Constituição Federal e Artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem como princípio o modelo de administração autônoma e participativa que garante a descentralização do processo educativo em parceria com a Comunidade Escolar.
- Art. 2º São pressupostos da Gestão Democrática:
- I Corresponsabilidade entre Poder Público e Sociedade na gestão dos Conselhos democraticamente instituídos;
- II- Autonomia pedagógica, administrativa e financeira da Unidade Escolar, mediante organização e funcionamento dos Conselhos;
- III Transferência automática e sistemática de recursos à Unidade Escolar, definidos em Lei;
- IV Descentralização e aplicação pela própria Comunidade Escolar dos Recursos Financeiros;
- V Planejamento e aplicação com responsabilidade, transparência e eficiência dos Recursos Financeiros;
- VI Planejamento, responsabilidade, transparência e eficiência na execução das ações Político-Pedagógicas e Administrativas;



## LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

- VII Exercício Participativo e decisivo no processo Político-Pedagógico, Administrativo e Financeiro da Unidade Escolar;
- VIII Liberdade de organização de segmentos da Comunidade Escolar, Associações, Grêmios ou outras formas;
- IX Corresponsabilidade no Projeto Político-Pedagógico, Administrativo e Financeiro da Unidade Escolar;
- X Instituição de uma forma de organização prática que supere contradições visando estabelecer convergências entre diferentes grupos, possibilitando a implementação da cogestão;
- XI Implantação de propostas educativas que possibilitem a formação para o exercício da cidadania com consciência e responsabilidade social e política;
- XII Rearticulação das atividades e/ou ações do Diretor enquanto articulador do processo educativo;
- XIII Explicitação, reformulação e regulamentação do sentido político da Gestão Democrática na Rede Pública Municipal de Ensino;
- XIV Valorização dos profissionais da educação.
- Art. 3º São elementos essenciais e indissociáveis à Gestão Democrática:
- I Instituição do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar e Conselho Fiscal na Unidade Escolar;
- II Processo Seletivo Simplificado para a escolha de Diretor e Vice-Diretor das Unidades Escolares;
- III Escolha de Coordenador Pedagógico da Unidade Escolar; Revogado.
- III Transferência e Gestão de Recursos Financeiros destinados à Unidade Escolar
- IV Institucionalização da Comissão Eleitoral que assumirá e encaminhará o processo eletivo;
- V Descentralização do poder de decisão na Unidade Escolar.
- **Art. 4º** A Gestão Democrática do Ensino, entendida como ação coletiva, principio a prática político- filosófica, alcançará todas as entidades integrantes do Sistema Municipal de Ensino, abrangendo;
- I Instituições de Ensino Fundamental e de Educação Infantil, criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal;
- II Secretaria Municipal de Educação;
- III Conselho Municipal de Educação;





## LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

- IV Fórum Municipal de Educação;
- V Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério;
- VI Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- VII Conselho Consultivo, Deliberativo Escolar.;
- VIII Conselho Fiscal;
- Art. 5°. A Gestão Democrática norteará todas as ações de planejamento, elaboração, organização, execução e avaliação das políticas educacionais, englobando:
- I Plano Municipal de Educação;
- II Escolha de Diretores da Unidade Escolar;
- III Elaboração de Regimento Escolar;
- IV-Transparência nos mecanismos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- V Avaliação da aprendizagem dos educandos, do desempenho dos professores do Magistério Público Municipal e dos funcionários públicos municipais, quando na função de apoio que não as pedagógicas, em exercício na Unidade Escolar;
- VI Respeito à autonomia de organização dos segmentos da Comunidade Escolar;
- VIII Autonomia Político-Pedagógica, Administrativa e Financeira da Unidade Escolar.
- **Art. 6º** Integram a Comunidade Escolar os alunos, pais ou responsáveis. professores e demais funcionários públicos municipais, quando na função de apoio que não as pedagógicas, em exercício na Unidade Escolar.

#### Capitulo II

#### Do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar

- **Art.** 7º O Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar é o Órgão Consultivo Deliberativo nos assuntos referentes à Gestão Pedagógica, Administrativa Financeira da Unidade Escolar.
- **Art. 8º** O Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar é constituído, paritariamente por representação de pais, alunos, professores e funcionários públicos municipal quando na função de apoio que não a pedagógica, em exercício na Unidade Escolar.
- **Art. 9º** O Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar deve ter, no mínimo, 08 (oito), e no máximo, 12 (doze) membros.





## LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

- **Art. 10**. A eleição dos membros do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar deverá acontecer 30 (trinta) dias após o início do ano letivo e seu mandato será de 02 (dois) anos, com direito a apenas uma reeleição consecutiva.
- **Art. 11**. Os representantes do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, serão eleitos em Assembleia de cada segmento da Comunidade Escolar, vencendo por maioria simples.

Parágrafo único. O Diretor e o Coordenador Pedagógico são membros natos do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar.

- **Art. 12.** Os professores e funcionários públicos municipais, quando no exercício de funções de apoio que não as pedagógicas, que possuírem filhos na Unidade Escolar, poderão participar do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, como representantes de suas respectivas categorias profissionais.
- **Art. 13.** Para fazer parte do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, o candidato do segmento aluno deverá ter, no mínimo, 14 (quatorze) anos ou estar cursando a 8º ano do Ensino Fundamental.
- **Art. 14.** O Presidente, o Secretário e o Tesoureiro deverão ser escolhidos entre seus membros, na primeira reunião após a instituição do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar.

Parágrafo único. É vedado ao Diretor, Coordenador Pedagógico, Secretário Escolar e alunos menores de 18 (dezoito) anos, ocuparem as funções de Presidente, Secretário e Tesoureiro do Conselho.

- **Art. 15.** Fica assegurada a eleição de 01 (um) suplente para cada segmento, que assumirá apenas em caso de vacância ou destituição de um membro do segmento que representa.
- **Art. 16.** Ocorrerá a vacância do membro do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar por conclusão do mandato, renúncia ou desligamento da Unidade Escolar. destituição, aposentadoria ou morte.

**Parágrafo único.** O não comparecimento injustificado do membro do Conselho a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou extraordinárias alternadas, também implicará em vacância na função de conselheiro.

- **Art. 17.** O primeiro Conselho formado na Unidade Escolar tem responsabilidade de elaborar seu regimento, no prazo de 60 (sessenta) dias, sendo o mesmo referendado em Assembleia Geral.
- **Art. 18.** O Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar reunir-se-á ordinariamente a cada 60 (sessenta) dias, em dia, hora e local previamente marcado, exceto nos períodos de férias e recesso escolar, mediante convocação do presidente.



## LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

**Parágrafo único.** O Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar reunir-se-á extraordinariamente, sempre que for convocado pelo presidente, ou atendendo a solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) dos seus membros.

**Art. 19**. As reuniões do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar serão públicas à participação de todos os segmentos da Comunidade Escolar, com direito a voz.

**Parágrafo único**. A reunião poderá perder excepcionalmente, o seu caráter público quando solicitada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, ao se tratar de questões de natureza ética.

- **Art. 20.** As reuniões do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar serão lavradas em livro Ata próprio.
- **Art. 21**. O Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar só poderá deliberar com a presença de 50% (cinquenta por cento), mais 01 (um) de seus membros.

**Parágrafo único.** As deliberações do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar serão tomadas por maioria dos votos.

- **Art. 22.** Fica assegurado o Programa de Qualificação aos membros do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, bem como prestação, quando solicitada, de orientações pedagógicas, jurídicas e administrativas dos órgãos educacionais do Município.
- Art. 23. São atribuições do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar:
- I Eleger o Presidente, o Secretário e o Tesoureiro;
- II Elaborar seu Regimento Interno;
- III Articular toda a Comunidade Escolar quanto à elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar, em consonância com interesses da comunidade e com as diretrizes Político-Educacionais vigentes, aprovando-o e encaminhando-o à Secretaria Municipal de Educação;
- IV- Acompanhar e avaliar a execução do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar, juntamente com toda a comunidade Escolar;
- V- Homologar a proposta de Calendário Escolar, levando em conta o mínimo de dias letivos e carga horária exigidos legalmente;
- VI- Homologar as propostas de Regimento Escolar e Grade Curricular, com base nas diretrizes legais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação e Sistema Municipal de Ensino;
- VII Participar da elaboração do Quadro Demonstrativo de Recursos Humanos da Unidade Escolar e aprová-lo, levando em conta a legislação vigente;
- VIII Acompanhar o processo de atribuição de classes e/ou aulas na Unidade Escolar;



## LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

- IX Garantir a divulgação do Aproveitamento Escolar de cada ano letivo, bem como relatório das atividades docentes à Comunidade;
- X Deliberar, quando convocado, sobre o desempenho escolar, indisciplinas e infringência;
- XI Avaliar e deliberar sobre o desempenho dos profissionais da Unidade Escolar, quanto ao mérito e aos resultados do processo ensino e aprendizagem, observando os aspectos relativos à frequência, disciplina e conduta;
- XII Acompanhar junto às instâncias internas, pedagógica e administrativa, a avaliação do estágio probatório dos servidores lotados na Unidade Escolar, de acordo com as normas constitucionais;
- XIII Dar parecer circunstanciado sobre a movimentação e afastamento do professor, funcionário público, quando na função de apoio que não a pedagógica, requerido pelo interessado ou proposto pelo diretor, por conveniência pedagógica ou administrativa;
- XIV- Analisar, aprovar, acompanhar e avaliar os projetos a serem desenvolvidos na Unidade Escolar;
- XV- Apresentar no final de cada ano letivo à Secretaria Municipal de Educação, o Plano de Expansão de Atendimento da demanda escolar da localidade e imediações, com base nos dados cadastrais coletados durante o ano letivo e na capacidade física, material e humana da Unidade Escolar;
- XVI Deliberar sobre a cessão do prédio da Unidade Escolar, exclusivamente nos dias não letivos, atendendo solicitações da Comunidade interna ou externa;
- XVII Deliberar sobre a convocação extraordinária da Assembleia Geral, podendo outorgarlhe caráter deliberativo;
- XVIII- Deliberar sobre as aplicações de Recurso Financeiro repassado pelo Poder Público, bem como os de origem diversa, e aprovar a prestação de contas da Unidade Escolar;
- XIX Conferir e lavrar parecer de encaminhamento à Secretaria Municipal de Educação, quando da ocorrência de processo destituinte, nos termos do artigo 69, incisos II e III e seus parágrafos;
- XX Solicitar junto à Secretaria Municipal de Educação autorização para construção de pequeno e médio porte, a saber, ampliação, incremento ou reforma na Unidade Escolar.
- XXI Encaminhar, quando for o caso, à autoridade competente, solicitação fundamentada de sindicância para o fim de destituição do Diretor, Coordenador Pedagógico e Secretário Escolar, mediante decisão da maioria dos membros do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar.
- Art. 24. Compete ao Presidente do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar:



# ESTAPO DE ALAGO 35 - MUNICIPIO DE TAOU 3300 SA

# LEEN TOWARDS DE CÊDERE EN 1814 O DE 2428.

- (EX.) Consider a divinigação dorAproveironemo Oscular do cada ano Jodon, hem como religio dos actividos dos comes à Comunidade.
  - ilgistoriuma deri u zamieruzibri gadoneo arteneminenta e principal converno darreno principi. C. 🗴
- XI Avaliga e debit a mobic o ocaampento dos profissioneis de 1. Étole arechia, granto se partiro de proceso entre de proceso entre especielos de proceso entre de proceso entre de proceso entre de proceso en entre de proce
- XII. A companhar junto à insulnois internes, pedagógica e administrativa, e invaliação do estigió prohatorio do scrividores lotades en "inidade Eccelán de acordo com as normas constitucionais.
- NHI Our parener circumstenciado dobre a movimientación en caretamino do professor, inneinación publico, evando un la esto appoie que não a polagica, requerado pelo interesente ou proposta rela directo. Los conveniencia pedagrógica ou administrativa;
- MW. Amaiszie, aprover ocomputiter z svalu ek projetos a serem desenvulvid**os na Unidade.** Escolais
- « 2- Anteschar de final de ceda and havo à Secretaria Municipal de Educação, o Planoi del coassiste de Anteschar de combas de combas de la coasidade e infectación com base nos dedos endos de la serie de la combas de la combas de la combas de la combas de la combas.
- A 14 Definerar sebre a cessão do crédio da Unidado Escalar, em avamente nos dinsanão ser contendo solicitados do Comunidade informa sa estama;
- XVI. D'Abent **sobic** a com posção extraordinária da Assembleia Coral node alo sat**orgar**-Pos como delinerativo:
- XVIII Deliberta sobre as ablicações da Racinso Fila eccino repassada pelo Pou a Pablica beiti como la delorigado diversa, e aprovar o presiocão do contas do Emidade Pecalor,
- 3.1 X Conferir e la car parcea de encamba amento a Scoretoria Manicipal de Educação; quando de econômem de processo destituênte, nos termos do artigo 69, incisas 11 o 111 é seus paraces;
- XX S higitar junto à Socretaria Muchopal de Educação autorização para construção de usagem e medio perte, a saber, amplimado, incremento ou reforma na toridade Escolar.
- NAS Focum**anar**, quar do for o caro la accaridade competente, soficifação fundamentada de cadicância para o fign de destituíção da Diretor. Coordenador Pedagógico e Secretário Escolar, podicate dos isancialdos cumbros do Conselho Conselho Conselho de Deliberativo Escolar.
  - A re. 2 & Coumero ao Presidento do Consello Consultavo e Deliberativo Escolarr



## LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

- I Representar o Conselho em juízo e fora dele;
- II Convocar a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho:
- III Presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho.
- Art. 25. Compete ao Secretário do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar:
- I Auxiliar o presidente do Conselho em suas funções;
- II Preparar o expediente do Conselho;
- III Organizar os relatórios do Conselho;
- IV Secretariar a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho;
- V Lavrar em livro Ata, as reuniões do Conselho;
- VI Manter em dia os registros.
- Art. 26. Compete ao Tesoureiro do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar.
- I Fazer a escrituração da receita e despesa, nos termos das instruções que forem baixadas pela Secretaria Municipal de Educação e as do Tribunal de Contas;
- II Apresentar, trimestralmente, relatório com o demonstrativo da receita e despesa da Unidade Escolar, ao Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar,
- III Prestar contas dos recursos repassados à Unidade Escolar à Coordenadoria de Acompanhamento e Controle da Aplicação dos Recursos Financeiros da Secretaria Municipal de Educação;
- IV Manter em ordem e sob sua supervisão os livros, documentos e serviços contábeis do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar.
- Art. 27. É vedado ao Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar:
- I Adquirir veículos ou imóveis, locar ou construir prédios com recursos oriundos das subvenções ou auxilio que lhe forem concedidos pelo Poder Público, exceto casos de celebração de convênios com objetivos específicos;
- II Conceder empréstimos ou dar garantias de aval, fianças e caução sob qualquer forma;
- III Empregar subvenções, auxílios ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os projetos ou programas a que se destinam;
- IV- Cobrar mensalidade ou taxas dos membros da Comunidade Escolar, a qualquer título.
- **Art. 28.** À indevida aplicação dos recursos, responderão solidariamente os membros do Conselho que tenham autorizado a despesa ou efetuado o pagamento.





## LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

- Art. 29. Os membros do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar responderão civil e criminalmente, pela indevida aplicação dos recursos destinados à Unidade Escolar.
- **Art. 30.** A aquisição de personalidade jurídica pelo Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar tem como requisito a aprovação de seu Estatuto pela Assembleia Geral, observada a legislação pertinente.

**Parágrafo único.** Após a aquisição de personalidade jurídica o Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, desempenhará também a função de Unidade Executora do Estabelecimento Municipal de Ensino.

**Art. 31.** Os Membros do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar exercerão gratuitamente suas funções, não sendo, face aos cargos desempenhados, considerados servidores públicos.

## Capitulo III

#### Do Conselho Fiscal

- **Art. 32.** O Conselho Fiscal é o Órgão responsável pela fiscalização financeira da Unidade Escolar, respeitadas as normas legais.
- **Art. 33.** O Conselho Fiscal deverá ser constituído, paritariamente, por representação de pais, alunos, professores e funcionários públicos municipais, quando na função de apoio que não a pedagógica, em exercício na Unidade Escolar
- Art. 34. O Conselho Fiscal deve ter, no mínimo, 04 (quatro) e, no máximo, 08 (oito) membros.
- **Art. 35.** A eleição dos membros do Conselho Fiscal deverá acontecer 30 (trinta) dias após o início do ano letivo e seu mandato será de 02 (dois) anos, com direito apenas a uma reeleição consecutiva.
- **Art. 36.** Os representantes do Conselho Fiscal serão eleitos em Assembleia de cada segmento da Comunidade Escolar, vencendo por maioria simples.
- Parágrafo único. É vedado ao Diretor, Coordenador Pedagógico e Secretário Escolar participarem do Conselho Fiscal.
- **Art. 37.** Para fazer parte do Conselho Fiscal, o candidato do segmento aluno deverá ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos.
- Art. 38. O Presidente e o Secretário do Conselho deverão ser escolhidos entre seus membros.
- **Art. 39.** O primeiro Conselho formado na Unidade Escolar tem responsabilidade de elaborar seu regimento, no prazo de 60 (sessenta) dias, sendo o mesmo referendado em Assembleia Geral.



# LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

- **Art. 40.** Os professores e funcionários públicos municipais, quando na função de apoio que não as pedagógicas, que possuírem filhos na Unidade Escolar, poderão participar do Conselho Fiscal, como representantes de suas respectivas categorias profissionais.
- Art. 41. Fica assegurada a eleição de 01 (um) suplente, para cada segmento, que assumirá apenas em caso de vacância ou destituição de um membro do segmento que representa.
- Art. 42. Ocorrerá a vacância do membro do Conselho Fiscal por conclusão do mandato, renúncia ou desligamento da Unidade Escolar, destituição, aposentadoria ou morte.
- **Parágrafo único.** O não comparecimento injustificado do membro do Conselho a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou extraordinárias alternadas, também implicará em vacância da função de conselheiro.
- **Art. 43.** Fica assegurado o Programa de Qualificação aos membros do Conselho Fiscal, bem como prestação, quando solicitada, de orientações pedagógicas, jurídicas e administrativas dos órgãos educacionais do Município.
- Art. 44. São atribuições do Conselho Fiscal:
- I Eleger o Presidente e o Secretário;
- II Elaborar o seu Regimento Interno;
- III Examinar os documentos contábeis da Unidade Escolar, a situação do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar e os valores em depósito bancário;
- IV- Avaliar a prestação de contas dos recursos que forem repassados à Unidade Escolar:
- V Apresentar à Assembleia Geral Ordinária parecer sobre as contas do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, no exercício em que servir;
- VI Apontar à Assembleia Geral as irregularidades que descobrir, sugerindo as medidas que reputar úteis ao Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar;
- VII Convocar a Assembleia Geral Ordinária, se o Presidente do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar retardar por mais de um mês a sua convocação.
- **Art. 45.** Os Membros do Conselho Fiscal responderão, civil e criminalmente, pela omissão às irregularidades cometidas pela Direção e pelo Conselho Consultivo e Deliberativo da Comunidade Escolar.
- **Art. 46.** Os Membros do Conselho Fiscal exercerão gratuitamente suas funções, não sendo, face aos cargos desempenhados, considerados servidores públicos.



# PSTADO DE ALAGORAS. MENUZZIO DE LUCCIARMA

# LEINO (TA/2023, DE COUN SEINMERO DE 2003

Arg. 49. Os professor as effincions rios públicos nunicipais, quando la finición la ripóticone nas palendas. La pedeladyreas, que possuírem fuelos na Unidade Pacelar, nederão profesions Lo Conseiho. Páseat, como representantes de sera respectivas categorias professionsis.

Art. 41. Tica assegnado a eleição de 12 (um) sapiana, para cada seguerato, que assumino aperan car caso de vacáricia ou aesticação da um membro do recence o que representa.

Art. 42. Ocerrera - vacáncia do nambro do Conselho Lucal pa com bisto de mendato, renúmeia ou desligamento de Unidade Pscolar, destinara a aposentalente nu morie.

Furthernic initial O não acrepated rema inication do membro do Conselho a 33 (três) reuniçes ordinários consecutivas ou extraordinadas atemadas, também implicará em vacancia da finecia do finecia do consecutiva.

Apr. 43. Fien assegurado o Programa de Qualificação eta membros do Conselho Fiscal, bem como prestação, quando solt, ada, de ortentações pedagogadas, innete as estrunistrativas dos órgãos oderadomas do Vienies for

Art. 44, Sho attibuicoes do Consella. Fiscali

i - Fleggradhesidossu e o Secretário,

il - Ebberger a sou Rogi menta Internac

(II - Figuralizarios documentos contánciado Unidade Escolar, enituado do Conselho Consultivo entreberativo Escolar e os valores em deposito bandario:

IV. A ratini e erestação de contra dos recuisos que forem retursados e Unidade Escolare.

VI - Apontar à 1. cambieis Geral de regularidades que tescobrit, suscendo as medidas que reputar úteis ao Conselho Consultivo e Daliberativo Escolor.

VH - Convecar a Assembloia Ceral Polinária, se o Presidente do Consalto Consultivo e Deliberativo Escolar retardas por mais do um mês albua convocação.

Art. 48. Os Membros do Conselho funcal mananderão, civide criminalmen e pela outua són as irregularidades consetidas pela Directo o pelo Conselho Conselho e Deliberrativo da Comunaleda Escolar:

Art 46-Us Alembros lo Conselho Férral exercerão gravimmente surs funções, não semio, face aes carges desempenhados, considerados survideres pilíticos



# LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

## Capitulo IV

#### Da Assembleia Geral

- **Art. 47.** A Assembleia Geral é ordinariamente instância informativa e consultiva, podendo, extraordinariamente, assumir caráter deliberativo, por determinação do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, para tratar de assuntos específicos.
- Art. 48. Constitui a Assembleia Geral, a totalidade de todos os segmentos da Unidade Escolar.
- Art. 49. São atribuições da Assembleia Geral:
- I Apreciar relatórios informativos;
- II Avaliar coletivamente as atividades desenvolvidas na Unidade Escolar, apresentando sugestões para melhoramento do processo do trabalho pedagógico;
- III Deliberar sobre os demais assuntos definidos pelo Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar:
- IV Conhecer o Balanco Financeiro e o Relatório sobre o exercício findo;
- V Referendar o processo de escolha dos membros do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar e do Conselho Fiscal.
- **Art. 50.** A Assembleia Geral reunir-se-á em caráter ordinário, ao final do semestre letivo com datas previstas no calendário escolar, e extraordinariamente, por deliberação e convocação do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar.

## TÍTULO II

#### DA GESTÃO ESCOLAR

#### Capitulo I

#### Da Direção da Unidade Escolar

- **Art. 51.** A Gestão Escolar, ação sobretudo liderada pelo Diretor da Unidade Escolar, é o trabalho do qual resulta a unidade de ação do Estabelecimento de Ensino voltada para a construção da excelência, envolve o entendimento e a competência relativa a questões Político-Pedagógica, Administrativa, Financeira e Legal.
- Art. 52. Na Unidade Escolar, a partir de 250 (duzentos e cinquenta) alunos, com funcionamento integral, será assegurada a escolha do titular efetivo e/ou estável dentre os profissionais da educação da Rede Pública Municipal de Ensino para assumir a função de Diretor e Vice-Diretor do Estabelecimento Municipal de Ensino, conforme critérios estabelecidos nesta Lei.





# ESTADO DE L'UNCOAS.

## LE N° JULOGE, DE JUDE SELEMBRO DE 2003

## Visterios

#### Involvation of the Country

à ri, à il. A Assembleir ("aret è ordinàr amente in rância infrumativa e consultiva, podendo; remembran amente insumir cariter deliberativo, por ferenamação do Conselho Consultivo e Del crauvo I scolar, para milar de assantos especificos.

surfults. Consumina a assemblish Geral, a rotalidado do terbe os semientos da Unidade Escolar.

Art. 49. São or brições da Assembleia Genali

ovhise neini seriordor reconh A = 1

 He Avellar anictionmente os atividades desenvolvidas no Caldada locolar, apresentando sugestos per a arcino aniemo do precesso do trabalho pedagógico;

His Debutar sur la dentis assentes de mides peio Conselho Consulvo e Deliberativo Estolare

IV - Confreço: o Balanco, insatueiro e o Selatorio sobra o exercicio findus

V - Pele and major celso de escolla dos membros do Conselho Consultir o Peliberatua.

Facetar e do Conselho Fiscol.

Art. 50. A Assemble a Gural reunir-se-á en carater ordinario, ao dias do semestro letiro com dias previstas no calendario escolar, e extraordir ariamenta, por osliberación e con ocação do Consello Consellivo e Deliberativo Escolar.

#### HONTT

#### THE CERTIFOR FORTH AND

#### ( applicable)

#### releas i bheiliall an onssid eil

Art. 51. A Cesmo Escolar, quin sobretude l'intenda palo l'intetor de Unit rde Escolar, and stabulte un quel e se l'unit en en caude de acute de l'istabuleur unto de l'unit e s'anada para a conservable de l'estabulte de acute d'impetència competència contra la questões Politica.

L'interior de contratte de l'intendera edecad

etra. Fis. — Fundado Piscular, specificia 250 fourantos e vinquentro al most com fluición unento Integral, sera assecuada a esculha do tirular efenver efen estavet dende as profissionales da elecação da trede l'úbblez histologal do lass to mara recenir a amção de l'il etare Vice-Diretor do Estabela amena altudicion de Eastaul conforme critérios essibetrados acesa Lei,



## LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

- § 1º Os estabelecimentos de ensino com menos de 250 (duzentos e cinquenta) alunos, deve integrar-se ao sistema de nucleação das Escolas Municipais.
- § 2º Os estabelecimentos de ensino na faixa etária de creche que atendem crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, a partir de 100 (cem) alunos, será assegurada a escolha do titular efetivo e/ou estável dentre os profissionais da educação da Rede Pública Municipal de Ensino para assumir a função de Diretor e Vice-Diretor do Estabelecimento Municipal de Ensino, conforme critérios estabelecidos nesta Lei.
- § 3º A prefeitura Municipal encaminhará projeto de Lei à Câmara Municipal dispondo sobre o Sistema de Nucleação das Escolas do Sistema Municipal de ensino com data anterior a escolha dos Diretores e Vice-diretores.
- **Art. 53.** A administração das Unidades Escolares públicas municipais será exercida pelo Diretor em consonância com as deliberações do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, respeitadas as disposições legais.
- **Art. 54.** A Direção, constituída pelo Diretor, Vice-Diretor e Coordenador Pedagógico é responsável pelo planejamento, articulação, execução e fiscalização das atividades a serem desenvolvidas na Unidade Escolar.
- Art. 55. O diretor, profissional da educação da Rede Pública Municipal de Ensino efetivo ou estável, será escolhido por meio de Processo Seletivo Simplificado, sendo nomeado pelo Prefeito e empossado pelo Secretário (a) Municipal de Educação, em até 30 (trinta) dias da realização da eleição.
- **Parágrafo Único.** O período de gestão do Diretor e Vice-Diretor corresponde a mandato de 02 (dois) anos, permitida apenas 01 (uma) recondução sucessiva.
- **Art. 56.** Ao titular efetivo e/ou estável dentre os profissionais da educação da Rede Pública Municipal de Ensino no exercício da função de diretor da Unidade Escolar, será atribuído o regime de dedicação exclusiva, não incorporável para fins de aposentadoria, com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.
- **Art. 57.** Compete ao Diretor, além de executar as determinações emanadas da Secretaria Municipal de Educação, da legislação vigente:
- I Administrar a Unidade Escolar, com eficiência e eficácia, articulando e coordenando seu funcionamento geral e representando-a oficialmente;
- II Exercer poder disciplinar, podendo aplicar penalidades de acordo com as normas regimentais da Unidade Escolar atendendo as deliberações do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar;
- III Planejar, juntamente com o Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar e executar a aplicação dos recursos financeiros disponíveis;



# U.S. K" 776 2023, DE 27 DE SU NEWBRO DE 2023

e 17 de establector destos de eusina com menos de 250 (dusanto e uniquenta) alundas deva apresa escuentidas no de muchança, das Escolas Nicalaments.

§ 2° Os estabelcolar ofos de ensino na faixa etarir de croche da atondem crismons de 9 a 3 anos e 11 moses, a padir de 1100 (com) danos seta nevendos rescoltar do 100 de 100 (com) danos seta nevendos rescoltar do 100 de 100 de contra de danos que de 100 de 100

<sup>39</sup> A prefeitura é fundeque emeantinhais projeto de Lecele Amera Aim icipal dispondo sobre o fisienta de l'exterqua des fige altre de distriba Municipal de con mo con data aprenor al secolum facilité como e Vice de correspond.

Agril-53. A administração de Unidados Escotares públicas qua impais 10% exercida pelo Diegam em compatible a com as deliberandes do Consegum Consegum e Deliberativo Escolar responsedas as degros des logais.

járt. Sz. 1. Süldébel con chuida pelo Paleire. Vice Ditembel est endamidet Pedigóaust á responsavet neko phonyomente, amunlação, execución y fiscal zeção das atribides a carendicenselvidos de la hide esculore.

Vet, pist O décours mode sional de et sopée da Resid e ante a Minainipal du l'éstemprejativound chivet, sona constado por moie de l'épocesso defutive et entitionée, sonds de némete polo entiend e omposendo polo (enceédio (a) Musicipal de l'étacului em au l'Ulfahins diaside contuncte et distan

Paragrafo Lauco. O pertodo de gostio do Efretor e Vice-O acto concencido a mandato de 92 Gotas imparacementada acentral La como conducido suces, iva

Art. 36. Ao timbre dictron elos estas el mire es professiones da educición de Rede Pública. Al estad de l'estas en exercicio de timeno de diserce de la leste legande, errá artibuldo o resime de deducida en la relación de mongrafica núm has de apose nadoria, com empedimento de entacidad de outra dividad remonendo, se unididad que materia.

Aira 57. a ompete so Die 1 - Jen 40 escutiar as determinações smarladas da Segnetaria. Maniscipal de Ednoação, 15 agaito, ão viga acer

I - Administrar a Unidad de Escola , com eficiência e eficácia, amadado e condenando seu funcionamento pera o escretamento con dalmente

1) — Eschrer pode dienglieur, protendo ablicar perdidukte na scordo com us scordo. regiónmente da Unidada Escosar ascretado de deliferaçõe, do Conselho Consulavo de Defiberation Flestar

10 Manejar, financiame com o Consetho Costativo e Latiberativo Associar e executar a aplicação dos recursos financeiros di pontiveiros.



## LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

- IV- Apresentar ao Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar as prestações de conta dos recursos financeiros aplicados, encaminhando-as à Secretaria Municipal de Educação;
- V- Coordenar a utilização do espaço físico da Unidade Escolar, atendendo as necessidades de acomodação da demanda, fixando os turnos de funcionamento e a distribuição de anos e turmas, decorrentes do processo de atribuição de turmas e/ou aulas, juntamente com o Coordenador Pedagógico;
- VI Assinar documentos e correspondências da Unidade Escolar;
- VII Elaborar em conjunto com o Vice-Diretor, Coordenador Pedagógico e demais profissionais da Unidade Escolar, o Calendário Escolar, Regimento Escolar, Grade Curricular, Plano de Desenvolvimento Escolar, Projeto Político- Pedagógico, com base nas diretrizes legais, submetendo-os à apreciação e homologação do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, encaminhando-os para acompanhamento e avaliação da Secretaria Municipal de Educação;
- VIII Apurar irregularidades de ordem pedagógica, administrativa e financeira;
- IX Organizar e distribuir tarefas de acordo com a função de cada servidor;
- X Autorizar matrículas e transferências de alunos e determinar a abertura e o encerramento das matriculas, observando as petições, ofícios, representações e requerimentos dirigidos a qualquer autoridade, nos prazos legais;
- XI Receber, conferir, orientar e fiscalizar a distribuição de alimentação escolar;
- XII Convocar juntamente com o Presidente do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar a Assembleia Geral;
- XIII Analisar e divulgar junto à Comunidade Escolar, os documentos e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação, buscando implementá-las na Unidade Escolar;
- XIV Manter atualizado o fluxo de informações entre a Unidade Escolar e a Secretaria Municipal de Educação;
- XV Divulgar na Comunidade Escolar a movimentação dos recursos financeiros da Unidade Escolar;
- XVI Apresentar anualmente à Secretaria Municipal de Educação e à Comunidade Escolar, avaliação de metas administrativas, pedagógicas e financeiras estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Escola, bem como propostas e projetos voltados à melhoria da qualidade do ensino;
- XVII Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente;



## [] 기본 77(4240년 12월 27 2월 5일간만시라면이 11 2122

(V-14pm m. 1911) onsciuo Consultivos e Deliberativo Escolar as prostações do côntal dos eccasos timacem a aplicados, escunitab<mark>iando-</mark>as à Secretaria Managrar de Educação, . . . . . .

Ver contente a amigne o de espaço físico da Unidade Escatat, atendade as no essuades de acomedados de modernas, acomedados en distribuição de anos submass, deconeste y do processo de publicação de formas espa autas, justamente para a Coordegador Esdagament.

VI - Assinar commentes e courspoudâncies da Unidade Escolar;

VII - Unberta en Lomanto enta a Vice-Diretor Condendor Pedegógico e demais profissiones da Unidade Escolar, e Calendário-Escolar. O gimento de Lia, aba, Gade Calendário Palano de Demento de Seguido en la composición de Calendário de La Seguido de Calendário de Seguido de Calendário de Seguido de Calendário de C

VIII: Apprar inc., at extern to order, action administration and actions of the second similar

17 « Oprimirar e districtua trabas de accido entra tração de cada cendot.

- it. An entre madre utas a transferâncias de alimbre e determinar a demaral e o unicerraminto. Le matricolas, checemunto as préciées officies, représentações e requerimentos dirigidos di necluires amoridade, nos patastes in cols:
  - VI Perchei, conferir, orientar a Hagalistar a distribut ficia da alumentacão esculara
- XII Convocar januamente com o Presidence do Conseino-Conselaivo e Delhora in o Pseobras. Essembleio Geral
- XIII Audiket e deudga janto à Comunidada Escalas, os documentos a direitivos en unidas. Rescrictoria Municipal de Educação, ha sere to pople<mark>mentá-las</mark> na Unidado Pedelár<sub>s esc</sub>
- XFV Manter seude ado o flaxo de informa ses entre a findado Usos nio a Segretada. Manicipal de educaçãos
- XV = Discher de Contantidade Escalar a la vimentação dos recursos farmeceros e indiade Escala :
- XVI Apresentir amelmente à Secretoria Municipal de Educação da Connum Luie Pacatar, availação do metas administrativas, per reógleos e financeiras cambetecidos in Hano de Desenvolvamente da Lacola, bem come proposta a projetos voltados à mellocia da qualitade do ensino.

XVII - Cumprin e fazer caraprir a legislação algentel:



# LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

XVIII - Dar transparência na aplicação e na divulgação dos recursos Financeiros recebidos pela Unidade Escolar, em conjunto com o Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar;

XIX - Cumprir rigorosamente os prazos estipulados para emissão e encaminhamento de documentos;

## Capitulo II

## Do critério para escolha do Diretor e Vice-Diretor da Unidade Escolar

- Art. 58. Os critérios para escolha do Diretor e Vice-Diretor têm como referência clara os campos do conhecimento, da competência, liderança e responsabilidade, na perspectiva de assegurar um conhecimento da realidade onde se insere.
- **Art. 59.** A escolha do profissional da educação da Rede Pública Municipal de Ensino efetivo ou estável, para exercer a função de Diretor e Vice-Diretor da Unidade Escolar, considerandose a aptidão para liderança e as habilidades administrativas necessárias ao exercício da função, será realizada em três etapas:
- 1ª Etapa Participação no Ciclo de Estudos.
- 2ª Etapa Entrega do Plano de Trabalho do Candidato contendo:
- a) Objetivos e metas para melhoria da Unidade Escolar e do Ensino;
- b) Estratégias para a preservação do Patrimônio Público;
- c) Estratégias para a participação da Comunidade no cotidiano da Unidade Escolar, na gestão pedagógica, administrativa e financeira.
- § 1º Serão considerados aptos na primeira etapa os candidatos com 90% de frequência no Ciclo de Estudos:
- § 2º A segunda etapa do processo deverá ocorrer em data e local a ser fixada pela Secretaria Municipal de Educação;
- § 3º A realização da primeira etapa de que trata este artigo, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.
- 3ª Etapa Defesa do Plano de Trabalho na própria Unidade Escolar.

**Parágrafo único.** O candidato que não fizer apresentação da Plano de Trabalho em Assembleia Geral, na data e horário marcados pela Comissão Eleitoral da Unidade Escolar, estará automaticamente desclassificado.

**Art. 60.** O Diretor em exercício, que deseje participar de novo Processo Seletivo Simplificado, deverá apresentar à Comunidade Escolar, em Assembleia Geral, a Prestação de Contas da gestão anterior, aprovada pelo Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar e Conselho Fiscal, no ato da apresentação do seu Plano de Trabalho.



## LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

- **Art. 61.** Para participar do processo de escolha do Diretor da Unidade Escolar, o profissional da educação, titular efetivo e/ou estável, deve:
- I Ser titular efetivo e/ou estável, integrante do quadro de profissionais da educação da Rede Pública Municipal de Ensino;
- II Ter experiência mínima em docência de 02 (dois) anos, adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado;
- III Ter no mínimo, 02 (dois) anos de efetivo exercício até a data da inscrição, prestado na Unidade Escolar em que pretende atuar, desde que não esteja em estágio probatório ou tenha assumido funções de natureza técnica e/ou pedagógica na Secretaria Municipal de Educação por igual período.
- IV Ter formação em curso superior de Pedagogia ou Licenciatura Plena com pós-graduação na área da educação;
- V Ter disponibilidade para trabalhar em regime de dedicação exclusiva;
- VI Participar do Ciclo de Estudos a ser organizado pela Secretaria Municipal de Educação.
- VII Elaborar Plano de Trabalho, contendo objetivos e metas visando a excelência na realização das ações pedagógicas, administrativas, financeiras e legais na Unidade Escolar.
- § 1º O titular efetivo e/ou estável, integrante do quadro de profissionais da educação em função não docente, poderá concorrer à eleição desde que tenha comprovado experiência mínima de 02 (dois) anos em docência ou gestão escolar em instituição pública ou privada.
- § 2º O titular efetivo e/ou estável integrante do quadro de profissionais da educação poderá concorrer à direção de apenas 01 (uma) Unidade Escolar (ou núcleo escolar, quando for o caso), em cada pleito.
- § 3º Na inexistência de candidato, titular efetivo e/ou estável do quadro de profissionais da educação, com formação em curso superior de Pedagogia ou Licenciatura Plena com pósgraduação na área da educação, poderá candidatar-se o titular efetivo e/ou estável, integrante do quadro de profissionais da educação, que possua Licenciatura Plena.
- § 4º Na inexistência de candidato, titular efetivo e/ou estável, integrante do quadro de profissionais da educação, com formação em curso superior de Pedagogia ou Licenciatura Plena, poderá candidatar-se o titular efetivo e/ou estável que possua Ensino Médio na modalidade normal.
- § 5° A SEMED interporá processo seletivo interno, visando observar critérios técnicos de mérito e desempenho, e que permita aos interessados realizarem a seleção prévia para os cargos de direção escolar (ou de direção de núcleo escolar, quando for o caso).





# ESTADO DE ALAGÓAS. MENICÍMO DE LAQUÁRAKA

## THE Nº 17626G DE JOENETH MERO DE 2003

- den de la comparta d Especial de la comparta de la compa
- : Ser riturer curte o en estáveis herena er an gogáro de profesionals de adecação da Podo Pública Whelen I de Enstan
- II Ter especial matinar em ducencia de 32 (dois) ano , socialida em utidade mivel ed statema de estato público ou privado:
- Hi e ich miniche OZ idoje anos de efento a creicio de a data en intérição presindo na traidade Escáltico a un preiende aman, desde quanto entito em estánto problamato e a tenha assemido funções e a materiza tecardo e ou pedagogica da escretaria Ministipal de Editenção por interior periodo.
- (V Evellarar de um emeso a perrec de Pedarorja da Licenulusa. Piuns ce a p<mark>os-graduação</mark> al lavo do educaçõe:
  - v Per disposibile is to pana mebalbe dire in place de des terção exclusiva a
  - VI Penticipar do Cirillo de Fritados a servirgenizado pola Scorolaria Muercipal do Belacação
- 70 79 berna Planes II. Frabulho, cemendo obienivos o metas visando u exceléncia no restamento. Ensago es pedancigios cum misupatves, tiranceiros e legar- na batendo Escalar.
- 3.1 « ) um lar eletivo a los estável, integrando do quadro de profissionais da educação em função não escante, poderá concorrer à aleição desde que tenha comprovado experiência minima de la dois anos em docância ou grestão escolar em instituição pública ou privada.
- § 21° O righter efective a un estate transprinte de quadre de profissionale de educação poderá concorrer à direção de apendo 01 uma). Unidode la intación encide escolar, quando for o caso), nuevals pleite.
- § 3º No inconstêncie de candidaro, transcreferivo clou estavel de quadro de eroffscionais da educação, com tormação em curso superior de Pedegogui ou Licenciatura Plena com posgradurção da tita du vincação, podem os chidatar-se e titular efetivo con estavel, integrante do quadro de melicacionais de educação, que ressua Licence tura Pama.
- § 1º Na mexicum a de candidato, titulm efetivo e ou e ta en integrante do quad**ro d**e profiscionais de conseção, com fecuação em curso superior as Pedegogia ou Lice**ncientra** Plana, pedera cuntocultura e o titulm efetivos dos estável que cossua Bhamo Médicona medalituade nome d
- § 5º A Si MilaD interporal process selectivo i nemo, visando observar enférios lécnicos de mérito e desenquentos e que permito de morecrados realizarem a seleção prévia por os cárgos do direçõe escolar (ou de direção de miotes es otas, quando tor o caso).



## LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

- § 6º Não havendo candidato efetivo/estável aprovado em processo seletivo para o cargo supracitado, caberá ao chefe da secretaria de educação designar a equipe diretiva que assumirá as tarefas relacionadas ao cargo em caráter extraordinário na escola ou no núcleo onde o ocorrido se der até que um novo processo seletivo seja realizado e um integrante da Rede Municipal de Educação possa ser escolhido.
- § 7º O período de nomeação em caráter extraordinário a que se refere o caput anterior não poderá ser superior a 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.
- § 8º No caso de haver uma equipe diretiva nomeada em caráter extraordinário em qualquer escola ou núcleo escolar, fica o chefe da secretaria municipal de educação impelido a divulgar e realizar processo seletivo no período máximo de 1 (um) ano.
- **Art. 62.** É vedada a participação, no processo de eleição do Diretor da Unidade Escolar, o titular efetivo e/ou estável, integrante do quadro de profissionais da educação que:
- I Responda a processo administrativo disciplinar;
- II Esteja inadimplente junto à Coordenadoria de Acompanhamento e Controle da Aplicação dos Recursos Financeiros da Secretaria Municipal de Educação.
- **Art. 63**. A Secretaria Municipal de Educação convocará, por edital, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, Processo Seletivo Simplificado para a Direção das Unidades Escolares.
- **Parágrafo único.** Os interessados registrarão sua candidatura junto a Secretaria Municipal de Educação, através do grupo de trabalho, constituído com a finalidade de promover o apoio, assessoramento e avaliação do Projeto de Gestão Democrática Escolar.
- **Art. 64.** A escolha do Diretor da Unidade Escolar para o cargo em comissão da Rede Pública Municipal de Ensino, será realizada mediante Processo Seletivo Simplificado.
- **Art. 65.** Será escolhido o candidato que obtiver a maior nota atribuída ao Plano de Trabalho bem como na apresentação do mesmo na Unidade Escolar Comunidade Escolar com a presença da comunidade.

Parágrafo único. Na ocorrência de empate, será considerado eleito o candidato que:

- a) Possuir maior titulação;
- b) Maior tempo de serviço na Unidade Escolar;
- c) Maior tempo de serviço na Rede Pública Municipal de Ensino.

**Art. 66.** Na Unidade Escolar onde não houver candidato inscrito no processo seletivo, será nomeado para a direção, o titular efetivo e/ou estável, integrante do quadro de profissionais da educação pelo Chefe do Poder Executivo, oriundo de outra Unidade Escolar, ou da Secretaria Municipal de Educação, respeitando-se os critérios previstos no Art. 61, incisos I, II, IV e V.



## LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

- **Art. 67.** O afastamento do Diretor por período superior a 02 (dois) meses, excetuando-se os casos de licença saúde, licença gestante e licença para tratamento da saúde de pessoa da família, implicará na vacância da função.
- § 1º Ocorrendo vacância da função de Diretor, proceder-se-á a escolha, conforme critério desta Lei, até o final do mandato.
- § 2º Far-se-á nova escolha quando o tempo para cumprimento do mandato for superior a 06 (seis) meses.
- Art. 68. O Diretor perderá o seu mandato, nos casos:
- I Renúncia, morte, aposentadoria, licença para tratar de interesse particular;
- II Destituição pelo Secretário Municipal de Educação, em virtude de inquérito administrativo que comprove a ocorrência de ilícito em matéria e/ou ato de sua responsabilidade;
- III Pelo voto destituinte da Comunidade Escolar.
- § 1º A destituição de que trata o inciso III, será proposta em documento destinado ao Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, onde conste a assinatura de 1/3 (um terço) da totalidade da Comunidade Escolar;
- § 2º O Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, procederá à conferência das assinaturas, e elaborará parecer dando conta da validade da petição, encaminhando o processo à Secretaria Municipal de Educação;
- § 3º A Secretaria Municipal de Educação receberá os autos e constituirá, no prazo de 36 (trinta e seis) horas, uma Comissão Apuradora que procederá à formação de processo com a produção de todos os meios de provas em direito admitidas e à análise dos fatos, concedendo ao Diretor denunciado a oportunidade para apresentação de defesa escrita, no prazo de 05 (cinco) dias, anteriores ao parecer final;
- § 4º A finalização do procedimento não poderá estender-se por prazo superior a 15 (quinze) dias;
- § 5° Se o Diretor requerer, ser-lhe-á concedida a palavra por até 30(trinta) minutos para que possa articular sua defesa.

#### Capitulo III

#### Da Comissão Geral e Eleitoral

**Art. 69**. Haverá uma comissão Geral e em cada Unidade Escolar uma Comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado do Diretor, constituída em Assembleia Geral, convocada pelo Conselho Consultivo Deliberativo Escolar do Estabelecimento Municipal de Ensino.



# ESTAPU DEALAGOAS MUNICIPO DE TAQUARANA

# LE: F 774/2023, DE 27 DE STEEMERU DE 2003

- Art. 67. O Mai mento do Linctor ( a período superior a 02 (dois) meses, actobilido-se os; cases de licerca saíde. Lecacager e eo e conéa para transmento da mide de pessoa da familia, implia en la veciar la da fanção.
- ji 1º Ocoste... o va ancia da função de Piretos, proceder so-á a esculto, contuano critário destal Los Los Coste do mædatos
- è 🗍 for una nove escella quando o tempo para minorimento do mundato los superior a llolació mases
  - Ver. E. . Director peedern oler amandato inos calles:
  - l Econinola, morre, prosentadoria, llacaça para trataquie intervisas porticulare
- IF-Destitrecă de la secretario Municip**al de Educação, e**m variade do inguedio administrativo. que combinado e ocorrêctor de illede em matéria elon ato de sua cerpoparalidades, presentados de comenciar de
  - fall of the contradiction is a contradiction of the fall
- g P.A. en anti-folde que telta o becisa III. será proposea em ductim ar endestinado dos Conselho Consultívia e Del Ecabanativo Escalar, cuelo con tela assentiura de 153 (lan terro) da fotalidade da Conseladade Elementes
- § 2 a Consello d'es d'una consella va de la liberativa però de la conferencia de la designa per el del consella de la validade del parição, encaminhem e e processo è Surgai, no de del de l'abordo de la validade de la consella del la consella del la consella de la consella del la consella de la consella de la consella della della
- \$ 1. A Solution Manieral de Educação recebera os autos e constituira, no praza de 36 (utintal a seus) horas, am il outina o volucido que proclocia e commedo de proceso conferio pradicção de todos or actos de provissas direito admite de elembrica dos lates, concentrado ao Difesor donunciado a operamidado para aproventação de decesa escrips, ao prazo de 03 (cinço) diastroneces ao parçose mos:
- e 4° A fir dizacco di procedunicato i lo nodera i stander- e poi prazo rape: « a 15 (quinze)
- și fil se la Diffetor de teren sur liberă con cadica a palas da poi lad 30 minuto garin que. Pessal diffetor sul defil cu

#### Ill official a

#### Levelled d a fave backgring of the

A st. 49. Het in uma konstable trans e am kana tilutarie in miar oma Comissão réspondável. pulo tipuesso é di civir Simplific do du Damer, consulatión de Assemblem Geral, convoluda polo Konselt o tilea dete o to Obliberado de concelar de didunctivament ivamicipal de Unsinat.



## LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

- **Art. 70**. A Comissão Geral, constituída pela Secretaria Municipal de Educação, terá competência para acompanhar, organizar e decidir em última instância, na forma e prazo de 72 (setenta e duas) horas, sobre as questões decididas em grau de recurso pelas comissões do Processo Seletivo Simplificado e sobre as questões omissas e terá a seguinte composição:
- I 03 (Três) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- II 01 (Um) representante da Procuradoria Geral do Município;
- III 01 (Um) representante da entidade representativa dos servidores públicos municipais (SINTEAL);
- IV 01 (Um) representante do Conselho Municipal de Educação.
- **Art. 71.** Devem compor a Comissão do Processo Seletivo Simplificado 01 (um) membro e seu respectivo suplente, da Comunidade Escolar, dentre:
- I Representante do titular efetivo e/ou estável no cargo de professor, em exercício na Unidade Escolar;
- II Representante dos funcionários públicos municipais quando na função de apoio que não a pedagógica, em exercício na Unidade Escolar;
- III Representante dos pais;
- IV Representante dos alunos, regularmente matriculados e frequentes, com no mínimo, 18 (dezoito) anos, se houver.
- § 1º O representante e seu suplente serão escolhidos em Assembleia Geral pelos respectivos segmentos, em data, horário e local amplamente divulgados.
- § 2º A Comissão do Processo Seletivo Simplificado, uma vez constituída, elegerá o Presidente e o Secretário, entre seus membros, maiores de 18 (dezoito) anos, sendo esta escolha formalizada e registrada em livro Ata.
- § 3º O membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo, será substituído pelo seu suplente, após a comprovação da irregularidade e parecer da Secretaria Municipal de Educação.
- Art. 72. Não poderá compor a Comissão do Processo Seletivo Simplificado:
- I Qualquer um dos candidatos, seu cônjuge e/ou parente até segundo grau;
- II O Diretor em exercício na Unidade Escolar.
- Art. 73. São atribuições da Comissão do Processo Seletivo Simplificado:
- I Planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de escolha do candidato;



## LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

- II Divulgar amplamente as normas e os critérios relativos ao processo de escolha do candidato;
- III Divulgar calendário do Processo Seletivo Simplificado, de forma que este não prejudique o Calendário Escolar;
- IV Convocar a Assembleia Geral para a exposição de propostas de trabalho dos Candidatos aos alunos, pais, professores e funcionários públicos municipais quando na função de apoio que não as pedagógicas;
- V- Lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;
- VI Receber os pedidos de impugnação por escrito, relativos ao Candidato ou ao processo, para análise junto à Comissão da Secretaria Municipal de Educação e emitir parecer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento dos pedidos;
- VII Divulgar junto à Comunidade Escolar o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de escolha do Diretor da Unidade Escolar;
- VIII Encaminhar, imediatamente, à Comissão da Secretaria Municipal de Educação o resultado final do processo de escolha do Diretor da Unidade Escolar;
- IX Enviar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do encerramento do Processo Seletivo Simplificado, toda a documentação referente ao processo, bem como o relatório final à Comissão da Secretaria Municipal de Educação.
- **Parágrafo único.** O Diretor membro nato do Conselho Consultivo Deliberativo Escolar, deverá colocar à disposição da Comissão do Processo Seletivo Simplificado os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.
- **Art. 74.** A Assembleia Geral a que se refere o Art. 73, inciso IV, deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados na exposição do plano de trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado tanto no interior da Unidade Escolar, como na Comunidade.
- **Art. 75.** Na Assembleia Geral a que se refere o Art. 73, inciso V, deverá ser concedida a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate da sua proposta de trabalho.
- **Art. 76.** Caso o candidato possua apelido pelo qual é conhecido, poderá usá-lo para divulgação de sua candidatura junto à Comunidade Escolar.
- **Art. 77.** Das decisões da Comissão da Secretaria Municipal de Educação Cultura cabem recursos dirigidos ao Secretário Municipal de Educação.
- **Parágrafo Único** O prazo para interposição do recurso é de 48 (quarenta e oito) horas, improrrogável, contadas do dia seguinte ao do recebimento de despacho desfavorável à representação.



# LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

**Art. 78.** Decorrido o prazo previsto para a interposição de recursos o candidato inscrito e aprovado e que obtiver a maior pontuação no Processo Seletivo Simplificado assumirá a função, sendo nomeado pelo Prefeito Municipal e empossado pelo Secretário Municipal de Educação, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a realização do Processo Seletivo Simplificado.

**Parágrafo único.** No Ato da posse, o titular efetivo e/ou estável integrante do quadro de profissionais da educação, aprovado com a maior pontuação para a função de Diretor da Unidade Escolar, deve apresentar documento comprobatório de que não exerce outra atividade remunerada em desacordo com o artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal.

Art. 79. No momento de transmissão de cargo ao Diretor aprovado com a maior pontuação, o titular efetivo e/ou estável integrante do quadro de profissionais da educação, que esteja exercendo a direção da Unidade Escolar, deve apresentar à comunidade, em Assembleia Geral, a avaliação pedagógica da sua gestão, a prestação de contas da gestão anterior, aprovada pelo Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar e Conselho Fiscal, balanço do acervo documental e inventário do patrimônio existente na Unidade Escolar, no momento da posse.

Art. 80. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

#### TÍTULO III

# DA GESTÃO PEDAGÓGICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA UNIDADE ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

#### Capitulo I

#### Da Autonomia Pedagógica

- Art. 81. A Autonomia Pedagógica da Unidade Escolar implica na consolidação dos seguintes princípios:
- I Éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- II Participação da Comunidade Escolar, no exercício da cidadania, da criatividade e do respeito à ordem democrática;
- III Respeito à diversidade de manifestação pluricultural.
- **Art. 82.** A autonomia da Gestão Pedagógica da Unidade Escolar será assegurada pela definição do seu Projeto Político-Pedagógico.
- **Art. 83.** A equipe gestora da Unidade Escolar compreende o Diretor, o Vice-Diretor o Coordenador Pedagógico, o Secretário Escolar e o Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, cuja atuação se caracteriza pela coordenação dos esforços individuais e coletivos em torno da consecução de objetivos comuns, definidos por uma política de ação inspirada em uma filosofia orientadora e por todos compartilhada.





# SBT. OUD DE ANACOARANA

## 트리 노막가 4200만 전통 27 관련 5명 글로써를 60 분명 2000

gres. Tás i szeces, kese premiera nomes elemente el montiglio de secteusar o des elemos lessaldo el emercido en el el escentro minimo elemente, do ma produces Selectro-Samplificado escuelada da lab<mark>ção,</mark> sendo mandes el elemente el mos elementes de empassado noto Secretado Niumicipal de Edenação. em est da percente el mos dias apera medificição de Processo Seletivo Simplificad

Parávir for entre de la la la passa o relata etata con estavol ineccente do quadro de per la calenda de odoreção, amoração es a a meira portinção pora entregio de lincifor da Crimo la basoira, deve antesante documento con proteción de giarnão exerco outro atividade emuna ada em de acordo com o brigo 37, lecias XXIII de construição l'electiforada.

(et "a No comentada incomendada de conquero Da comencario ado com a miner portugição, o tentro efetivo efetivo en menerale. Lo escado do professiona do educido ado establem establem establem de continuo de c

Ark 30. Oc. 190. On the for serior leach ideal polar Secretaria Mulibrad desk dividence

#### HIGHIA

# DU CECE NO PED ACCIGACA, ADMINISTRATION DE PINACICEDEN DA D'EDADADE. PACOR AC DA REDE PERO DE NACIONA DE SNEESO.

#### I ale terre?

#### and the best common that and

Art. 31. A. Aucanoma C. Colores da Unidado Escolo in alto a us consolidação dos seguintes acinetamen

t - Phone du automorphia du responsabilitatica de soliciaries de certificações on begracomunita-

H. Parifolgaçõe da Commissione Paroleo, no exercício da en curda, da estainidade e do espelho codembrena con os

de catala com discretificiem et et de la casa de contened à 141

Apr. 81. A mengement i Gesmo Pri région da minadé i sorter une asseguidada pola definição do sem Proceso Petro re-Petrosocico.

Art. 33. In equipe gestern de l'indeste Edoier comprende o Diretor, o Vice-Diretor o Condemicor II de regiero de sendera Escoler o Condemica Condemica de Delifteration in a sendera de la condemica de la con



# LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

## Capitulo II

#### Da Autonomia Administrativa

- **Art. 84.** A autonomia da Gestão Administrativa objetiva a modernização, com eficiência e eficácia, do gerenciamento administrativo da Unidade Escolar.
- Art. 85. A Unidade Escolar deve apresentar para análise e aprovação da Secretaria Municipal de Educação, ao final de cada ano letivo, o plano de expansão de atendimento da demanda escolar da localidade e imediações, com base nos dados cadastrais coletados no decorrer do ano e na capacidade física, material e humana da Unidade Escolar.
- **Art. 86.** A Unidade Escolar tem autonomia para elaborar o seu Quadro Demonstrativo de Recursos Humanos, em atendimento à sua demanda escolar e em consonância com as legislações vigentes.
- **Art. 87.** As aquisições ou contratações de serviços efetuados pela Unidade Escolar, deverão ser aprovados previamente pelo Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, conforme normas e regulamentos definidos pela Secretaria Municipal de Educação.
- § 1º A contratação de obras e serviços será restrita às necessidades de construção, reformas, ampliação e manutenção dos prédios e equipamentos escolares, mediante análise e deliberação da Secretaria Municipal de Educação.
- § 2º É vedada a contratação de prestadores de serviço em substituição e/ou complementação de recursos humanos para exercer atividades pedagógicas e administrativas na Unidade Escolar.

#### Capitulo III

#### Da Autonomia Financeira

- **Art. 88.** A autonomia da Gestão Financeira da Unidade Escolar objetiva o seu funcionamento eficiente e a melhoria do padrão de qualidade, observando-se:
- I Elaboração de projetos visando à implementação da qualidade de ensino na Unidade Escolar;
- II Promoção e garantia do desenvolvimento de estudos e pesquisas buscando o aperfeiçoamento constante e progressivo do processo ensino aprendizagem;
- Art. 89. Constituem Recursos Financeiros da Unidade Escolar:
- I- Repasse, Doações, Subvenções que lhe forem concedidos pela União Estado, município, Entidades Públicas ou Privadas e quaisquer outras categorias ou Entes Comunitários.
- **Art. 90.** O repasse municipal de Recursos Financeiros à Unidade Escolar definido em lei própria aprovada pela Câmara Municipal de Taquarana, será realizado anualmente.



# LEI Nº 776/2023, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Parágrafo único. O repasse de recursos financeiros destina-se ao financiamento das necessidades e serviços básicos, aquisição de material de expediente e didático, de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Escola e Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

- Art. 91. Os Recursos Financeiros da Unidade Escolar serão depositados em conta especifica a ser mantida em estabelecimento de crédito, efetuando-se sua movimentação através de transferências diretas.
- Art. 92. A Unidade Escolar deve prestar contas da aplicação dos Recursos Financeiros, previamente aprovados pelo Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar e Conselho Fiscal, encaminhando à Coordenadoria de Acompanhamento e Controle da Aplicação dos Recursos Financeiros da Secretaria Municipal de Educação.

## TÍTULO IV

# DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 93. A Unidade Escolar, localizada na zona rural e que não atende aos critérios previstos no artigo 52, será incorporada gradativamente ao processo de Gestão Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino, na medida que atender aos critérios estabelecidos nesta Lei.
- Art. 94. Na Unidade Escolar com menos de 06 (seis) meses de funcionamento será nomeado para a Direção, o titular efetivo e/ou estável integrante do quadro de profissionais da educação designado pelo Secretário Municipal de Educação, respeitando-se os critérios previstos no artigo 61, incisos I, II, IV e V.
- Art. 95. Na Unidade Escolar com menos de 06 (seis) meses de funcionamento compete ao Diretor nomeado, designar a Comissão Organizadora do processo de constituição do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, conforme critérios definidos nesta Lei.

Parágrafo único. A Comissão de que trata o caput deste artigo será composta por 01 (um) membro representante de cada segmento da Comunidade Escolar.

- Art. 96. A Secretaria Municipal de Educação organizará Grupo de Trabalho com a finalidade de promover o apoio, formação e avaliação do Processo de Gestão Democrática de Ensino.
- Art. 97. É vedado ao Poder Público remunerar os membros dos Conselhos e Similares.
- Art. 98. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2023.

Gabinete Municipal de Taquarana/AL, 27 de setembro de 2023.

GERALDO CICERO DA SILVA

Prefeito Municipal



# EST VDO DE ALAGOAS NESTORO DE TAQUARANA

## THE MY TOWARDS, THE RED SETEMBERGY DELIGES.

Paragrafo unico. O repasse da recursos for a enos dedinase ao financiamento das hecesadades e surviços básicos, ambação de material de expediente e didatico: de acedo com o ristanções esarvelvimento da Ecolo Viroje o Polínco Pedagograp da Unidade Escolo:

Art. 91. O. Pacursus Figuracinos da tirmi do llecolor serão depositados em conta especifica a ser mandos estabelecimento de crobine, cretinandos e sua un rementação através do transcriêne as direis.

April 92. A Unidade liscolar cave preser e mas da aplicação dos Recursos financeiros previamente apartados pelo Concelho Conselho o Deliberativo Escolar e Conselho de Conselho Escolar e Conselho de Conselho de Conselho de Conselho de Conselho Alemando.

## vroutile

#### DAS DESPOSICONS PENALS

Art. 93. A Unidado decolar, localizado na conservada e que não atendo aos cricitios previstos no amigo 50 será incorporada andona carego ao processo de Genzo Escobarda Recelhablica Mantenpel de Busino, as medida que acadas dos ériteros estabeleccidos resta Dese

Art. 94. Na Unidade Escolar dum menos de 06 (seis) mèses de farcion meros será pomanio de mem e Directo, o titulm efetivo clos o récel integrate do marco no me instantis de centracion de la grado pelo Secterio, o Inteniornal de Edmonçãos respeitandoses as unitérios provistos no currar él incisos e 11, 17 e e c

Are, 95. No Unidade Escolar com menas de 66 (sais) que es as cuncionamento compeia ao Oblada nomendo de feros a Confesion o Organizado Organizado procesado de com atuação do Conselho Conselho do Deliberado e Escolar, condermo criversos definial e resta de f

Parsignafo del com N. Comissão do que trata e capor dostrardos suca como sta por Ob (uto). Imembro regresorante de usal a segmento do Comunidade Escolar.

seen 96. A Socretario Municipal de Repeação organização empo de Entrahê com a finalidade primeros e a passa de Processo de Aresão De notrajação de Lusero.

Act. 97. Evenage to Poder Publica cominerar os membros dos Celi Hillias é Signifares

Alet 1987, Esta Collector For Vogorous data uso spublicação, aplicados en a en atos aspulaida 00 do bacelho as 201

annete Medicipal de Francham 27 de serentro de 201

A PARTY OF THE STATE AND TANKED

Indiana V michael